

# AS TERRAS DE ÑACUNDAY, MARINA KUE E OUTRAS CALAMIDADES

Milene Brandão Pereira<sup>1</sup>

Marco Antonio Arantes<sup>2</sup>

FOGEL, Ramón. **As Terras de Ñacunday, Marina Kue e outras calamidades**: Assunção: Servilibro. 2013<sup>3</sup>.

Ramón Bruno Fogel, autor de *Lastierras de Ñacunday, Marina Kue y otras calamidades* (2013), é mestre em Ciências Políticas pela Facultad latino-americana de Ciencias Sociales (FLACSO) e *Philosophy Doctor* em Sociologia na The University of Kansas e doutor em Direito pela Universidad Nacional de Asunción. Foi juiz *ad hoc* da Corte Interamericana de Derechos Humanos (Caso Yake Axa). Atualmente, é socioinvestigador do Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI) no Paraguai.

A obra foi publicada em Asunción, Paraguay, e é dividida em quatro capítulos, além da introdução, da conclusão e dos anexos. No primeiro capítulo, faz uma reflexão acerca do problema da terra no Paraguai; no capítulo seguinte retrata a apropriação ilegal de terras em *Ñacunday*; no terceiro capítulo expõem as lutas dos *carperos* de *Ñacunday* e, no último capítulo, são descritos os fatos que ocasionaram o massacre de *Curuguaty*. Fogel se vale de entrevistas com informantes, entrevistas grupais focalizadas e exploração de dados secundários, incluindo expedientes administrativos e judiciais.

O livro busca responder as seguintes perguntas: quais sistemas de dominação amparam a desigualdade na distribuição de terras? Quais os mecanismos utilizados pelos latifundiários para apropriarem ilegalmente de terras de domínio público? Quais são as respostas campesinas nos casos estudados? Quais as possíveis alternativas para reverter a situação?

---

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Sociais pela Unioeste, *Campus* de Toledo; Mestranda em Ciências Sociais pela Unioeste, *Campus* de Toledo, Paraná. E-mail: milene.brandao@bol.com.br

<sup>2</sup>Doutor em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo.

<sup>3</sup> Resenha descritiva e tradução livre.

Os conflitos agrários em Ñacunday Marina Kuesão são resultado de uma oligarquia agroexportadora, cuja base do poder está na acumulação, no monopólio da terra e em um sistema de privilégios, mas, que, nas últimas décadas, sofreu grandes mudanças provocadas pelos movimentos camponeses.

O desenvolvimento do conflito pode ser visto em diferentes orientações e interesses de distintos atores sociais, tais como: Estado paraguaio, juízes, fiscais, funcionários do *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra* (INDERT), do presidente da república, dos *carperos*, dos representantes da empresa Agrotoro, dos escritórios do *Instituto do Bienestar Rural* (IBR), do empresariado sojeiro e das transnacionais da biotecnologia.

A polarizada estrutura socioeconômica quase feudal, baseada, em grande parte, no controle das terras e em projetos territoriais excludentes com forte apoio político, expõe os paraguaios a condições precárias e os retiram de suas terras.

No primeiro capítulo, focou-se nas injustiças e nas aparências de legalidade que a usurpação das terras no Paraguai sofrem. O sistema deficiente de cadastro e de registro das propriedades enumera casos típicos de terras possuídas irregularmente e com títulos falsificados. Estes supostos títulos são documentos que não podem constituir títulos de transferência de domínio e não têm ligação com os camponeses, perpassando sua origem em uma oligarquia fraudulenta.

O problema da terra tem raízes no passado, nas compras por estrangeiros de enormes extensões de terras fiscais a preços irrisórios, sendo parte delas recuperadas posteriormente pelo Estado. Mas, estas terras foram usurpadas por Tranquilino Favero e suas empresas em Ñacunday, tal como é documentado nos capítulos dois e três.

Tranquilino Favero é o maior produtor de soja do país, possui nove empresas que exploram negócios no setor de oleaginosas, desde o processamento e distribuição até a elaboração e importação de agroquímicos, além do financiamento da produção, a provisão de maquinários e combustíveis e a exportação.

No capítulo três, buscou-se analisar a importância da luta dos *carperos* em Ñacunday na recuperação de terras e suas conexões com a matança que ocorreu em *Curuguaty*. A *Liga Nacional de Carperos* (camponeses sem-terra que reclamam por reforma agrária) constituiu-se, no Paraguai, nos últimos anos do governo de Fernando Lugo, com o objetivo de

buscar novas estratégias na luta pela terra, o que configura o principal conflito no país marcado pelo predomínio da produção agropecuária.

Na visão dos líderes da *Liga Nacional de Carperos (LNC)*, o início da constituição do movimento está na desilusão dos dirigentes, basicamente sem terras, os quais tinham expectativas com o governo Lugo, porém, não houve suficiente respaldo das organizações, em alguma medida cooptadas pelo governo.

De modo que os líderes campesinos começaram a reunir-se e a discutir entre eles o que poderiam fazer e buscaram alguns cargos dentro das instituições públicas, segundo afirma um dirigente do movimento. Assim, os *carperos* tiveram seu nascimento e constituição, sua fase de declinação ou de hibernação respondendo às conjunturas de mudança.

Durante o governo de Lugo, o INDERT cuidou desta situação: interessou-se em localizar o excedente denunciado e a encontrar as terras recuperadas pelo Estado. Os sojeiros, muitos deles com títulos nulos, através de seus grêmios, tomaram parte ativamente no conflito. Os grêmios buscam a defesa irrestrita dos títulos presenteados por seus sócios, mesmo que estes tenham vícios legais evidentes.

Estes empresários, nucleados em grêmios (APS, UGP, CAPECO), expressam as demandas de seus sócios, como: a liberação de todas as sementes transgênicas, o respeito à propriedade privada e o tratamento do projeto de lei de subsídio a produtores com perdas ocasionadas pela seca.

A tomada de conhecimento da duplicidade de títulos, que correspondem às terras recuperadas pelo Estado dos herdeiros de Domingo Barthe, não foi possível sem a mobilização dos *carperose* das organizações campesinas que operaram como fiscais dos interesses sociais, permitindo detectar transferências das terras chamadas mal habitadas.

No Alto Paraná, departamento fronteiriço com o Brasil, os contrastes entre os grupos poderosos economicamente e os campesinos é maior que em outras regiões; no desenvolvimento desigual prevalecem os agronegócios, basicamente a soja e seu complemento (trigo e girassol). Estes campesinos, expulsados de suas colônias se integram ao contingente de milhões de vendedores, vendedores ambulantes, *mesiteros* (que trabalham em vias públicas), sacoleiros, mototaxistas e trabalhadores autônomos, entre outras ocupações precárias na *Ciudad del Este*.

Na parte superior do entrecruzamento de atores dominantes referidos está a Monsanto, corporação ligada aos agronegócios, que possui parte do capital financeiro globalizado, com estreitos vínculos com a Cargill, com a qual forma um consórcio. Os grandes produtores de soja,

que, em grande parte, alimentam o capitalismo mafioso, são apenas clientes destas grandes corporações.

Os camponeses constituem a classe subalterna marcada por prejuízos que os estigmatizaram e, sobretudo, os desqualificaram como interlocutores; a única via historicamente disponível para que pudessem ter acesso às terras foi a ocupação de parcelas de terras que, supostamente, são fiscais. Em mobilizações como estas, entre 1989 e 2003 foram assassinados aproximadamente 150 camponeses.

Em *Ñacunday*, a notável produção de soja transgênica se relaciona inversamente com a pobreza da população paraguaia, a falta de estradas e a ausência de pontes sobre os rios *Ñacundaye Ycui Guazú*. Nesta polarizada estrutura socioeconômica a correlação de forças é marcadamente assimétrica, toda vez que o setor camponês é fortemente castigado pela expansão sojeira.

No tempo transcorrido entre a mobilização dos sojeiros brasileiros contra a medida levantada pelo INDERT, em setembro de 2011 e o posterior traslado dos camponeses ao *Parque Nacional de Ñacunday*, em março de 2012, foram constantes a sucessão de ações coletivas em torno das terras em *Ñacunday*, permitindo a presença permanente do conflito na imprensa, o que favoreceu o crescimento do movimento dos *carperos*.

Em etapa seguinte, o movimento se estanca e se debilita em sua capacidade de convocatória; isso pesou a perseguição judicial-policial e logo o massacre de *Curuguaty*. Neste contexto, afloram os conflitos internos que se aprofundam com a decisão de alguns setores do movimento de participar das eleições gerais de 2013 com candidatos próprios.

A LNC foi constituída em março de 2012 por 192 comissões convencionais que questionam terras no INDERT; o tamanho destas organizações de base varia desde 2.800 até 18 aproximadamente por comissão vizinhança, sendo estimado em 260 o número médio de camponeses e em 50.000 o número de *carperos*. Victoriano López, um dos líderes da organização, indica que existe no país 254.000 famílias contadas pelo censo. O crescimento da LNC tem relação inversa com os bombardeios que tiveram as organizações constituídas. Esta liga tem aliança com organizações camponesas regionais, como *San Pedro Norte* e ASAGRAPA.

As comissões convencionais incorporadas à *Liga Nacional de Carperos* estão em todos os departamentos da Região Oriental, sendo mais salientes as que acampam em *Ñacunday* e em *Yvyepytá-Curuguaty*. O

acampamento de *Ñacunday* é um dos núcleos mais importantes da Liga e foi inicialmente promovido pela *Comisión Santa Lucía*, incorporando-se posteriormente outras comissões provenientes de distintos departamentos do país, totalizando 35.

O número de famílias e de campesinos incorporados às barracas variam em distintos momentos. Em abril de 2011 foram aproximadamente 400 famílias as que ocuparam a fazenda *El Espigón*; já em março de 2012, no acampamento de *Ñacunday*, estavam aproximadamente quatro mil famílias acampadas permanentemente, ainda que destas aproximadamente 2.000 famílias saíam e voltavam, já que saíam para fazer “bicos” (trabalho informal temporário). Muitos abandonavam o acampamento por não ter apoio externo para sobreviver nas barracas, mas mantinham vínculo com os acampados, pois regressavam todas as vezes que obtinham recursos.

Quanto à organização interna do acampamento, há uma comissão central, a *Santa Lucía*, que organiza a reprodução cotidiana dos *carperos*, para alimentar as famílias incorporadas – atualmente umas 4.000 obtém recursos dos 18 departamentos.

Em 15 de março de 2011, após 97 detenções praticadas pela polícia em uma invasão, ficaram cerca de 800 famílias. Dias depois, pelo menos 3.000 campesinos abandonaram o acampamento, alguns deles fazendo notar a deserção de suas barracas. Nesse momento, 101 campesinos estavam sendo processados. Dias depois, em 20 de março, uma campanha midiática associada a uma perseguição judicial-policial ao líder da comissão vizinhançacriou certo desconcerto nas comissões vizinhanças que o apoiavam (Victoriano López) e a maioria destas retiraram seu apoio ao líder *carpero*, acusado então com novos delitos: o de abuso de menor e a invasão de imóveis alheios.

A esta perseguição aberta e sistemática somaram-se conflitos internos devido a divergências sobre o tipo de ação a ser tomado para que as demandas fossem atendidas. Existia acordo na necessidade de uma mobilização maior, mas alguns planejaram ações radicais e arriscadas que conduziram a enfrentamentos sérios com força de ordem, tal como ocorreu meses depois em *Curuguaty*. Sobre isso, alguns líderes sugeriram que infiltrados induziram o uso da violência com forças de ordem. A mobilização dos *carperos* diminuiu depois do massacre de *Curuguaty*, que alcançou limites desconhecidos em decorrência das atrozes perseguições da oligarquia do agronegócio.

Victoriano Lopez deixou a prisão em 3 de novembro de 2012, após prisão preventiva de 5 meses e 5 dias após ser acusado por, supostamente, ter abusado de uma menina de 12 anos. A estratégia para deixar fora de circulação o líder *carpero* teve seus efeitos tal como previram os que desenharam e executaram a estratégia, já que o movimento em alguma medida debilitou-se.

Os tipos de ações fundamentais dos *carperos* incluem ocupações acampadas em barracas em lugares próximos às fazendas pretendidas, para obter informações vinculadas às terras obtidas irregularmente e *lobby* para alcançar as reivindicações da organização.

A busca por terras públicas disponíveis na região para assentar aos *carperos* já transferidos em torno do *Parque Nacional Ñacunday* permitiu comprovar outras formas de ilegalidades de controle de terras do Estado, como as grandes fazendas premiadas pela ditadura, cuja recuperação está travada nos tribunais, as quais correspondem parcialmente às terras recuperadas pelo Estado dos herdeiros de Domingo Barthe.

Outro aspecto que foi revelado pelas mobilizações dos *carperos* tem relação com uma decisão de soberania restringida que permitiu ao Paraguai o seu sumo exercício, que veio dos governos anteriores, tendo em conta, por uma parte, o monopólio de terra por brasileiros em uma região fronteiriça com o Brasil e, por outra, a perda da vigência de leis e instituições nacionais dentro do seu território. Assim, quando militares em cumprimento da Lei de Segurança Fronteiriça delimitavam o território as demarcações eram arrancadas de novo por brasiguaios e brasileiros, a fiscal María Del Carmen Meza culpou os militares pelas condutas violentas.

Resulta sintomático o interesse de brasiguaios e brasileiros em manter indefinidos os limites do território. Esta perda de soberania se manifesta através da privatização do rio *Ñacunday*, com portos privados, alguns explorados pelo grupo Favero que escapam ao controle do Estado paraguaio. Além da dinâmica econômica ser ditada por políticas estrangeiras, desconsiderando a vontade do povo paraguaio.

Pode-se pensar que o Paraguai deixou de ser um país soberano, quando cônsules brasileiros intervieram em reuniões para discutir saídas aos conflitos ante o silêncio do Estado. A intervenção do embaixador brasileiro no conflito pelo controle de terras dá a impressão de que, ainda que não se trata do regresso a um estatuto colonial clássico, trata-se de um tipo de administração associada ao protetorado que as potências estabeleceram durante a colônia. Certamente se trata de uma forma que

permitiu estender a influência política e econômica do Brasil e de possuir baixo tutela territórios estrangeiros, neste caso o Paraguai, para extrair suas riquezas.

Marina Kue de *Curuguaty* é outro caso que permitiu ver o *modus operandi* da oligarquia fraudulenta e a instrumentação da administração da justiça. No capítulo 4, documenta-se mostrando como alguns juizes protegidos, violando o texto da lei, buscam despojar o Estado de suas terras para entregá-las aos latifundiários. A atuação estatal mostra um poder judicial que exclui os setores sociais mais débeis negando-lhes o acesso à justiça e criminalizando suas ações e manifestações.

Juizes e fiscais reproduziram a desigualdade e a injustiça, permitindo a violência estatal e a criminalização da pobreza. Assim, os campesinos de Marina Kue, seguiram os caminhos marcados pela lei durante oito anos para acessar a terra, mas obtiveram tratos discriminatórios em sua interminável espera e, finalmente, receberam como resposta onze carros fúnebres para que a comunidade sepultasse os campesinos mortos.

O massacre de *Curuguaty* e seu desenlace na justiça é reflexo da composição da estrutura social: a coalisão golpista constituída por partidos de direita e extrema direita, os grêmios patronais, as empresas e a imprensa comercial, apoiada por atores extraterritoriais que buscaram controlar todo risco de alteração de uma ordem social que lhes outorga privilégios.

No capítulo 4, analisa-se basicamente as ações dos campesinos mobilizados para ter acesso às terras fiscais de Marina Kue, em *Curuguaty*. São ilustradas tanto as irregularidades judiciais na tentativa de apropriar-se de terras fiscais por parte dos empresários, os subterfúgios utilizados na aquisição de bens oriundos de delitos para despojar o Estado de suas terras, quanto a experiência com a violência estatal vivida pelos campesinos, o que acarretou o massacre de *Curuguaty* em 15 de junho de 2012 e a criminalização dos integrantes do movimento.

Dentre os aspectos relevantes do contexto está a observação referente às melhores terras do departamento, as quais estão nas mãos do monopólio de brasileiros (em torno de 60% dos proprietários são brasileiros), associadas à expansão da soja transgênica, a utilização de pesticidas e a expulsão da população campesina destas terras. Além da incidência de grandes extensões de terras mal habitadas, com títulos nulos entregues a paraguaios, conforme interesses do governo durante a ditadura.

Não foi a primeira vez que nas terras de Marina Kue ocorreram mortes e torturas em decorrência da luta pela terra. As primeiras a sofrerem tal violência foram as comunidades indígenas de *Ava GuaraníYvyraPytã*, nas terras adquiridas por Blas N. Riquelme. Em 1986 a *Equipe de Misiones de la Conferencia EpiscopalaParaguaya* e outras igrejas cristãs denunciaram a tortura de líderes indígenas *Mbya* por parte de peões da empresa dirigida por Antonio Rotela, respondendo a ordens diretas de Riquelme. Eles queimaram seus ranchos e, na presença dos indígenas, torturaram também o líder religioso.

Em agosto de 1967, em decorrência do Decreto nº 29.336, este lugar foi registrado como Marina Kue, sendo propriedade do Estado paraguaio, mas foi invadido por Campos Morombi de Blas N. Riquelme. Várias foram as batalhas judiciais por estas terras, que acabaram ficando nas mãos da empresa privada em decorrência de várias falhas e omissões dos juízes.

Em 2004, após a solicitação das terras para os supostos proprietários, com intervenção da polícia, os líderes camponeses do *Movimiento de Recuperación Campesina de Curuguaty* (MRCC) foram acusados criminalmente.

A segunda ocupação só veio a acontecer quatro anos depois, após a declaração de interesse social para a colonização da fazenda situada em *YvyrapytãCuruguaty*, iniciando a medida judicial pelo INDERT. Porém, novamente os camponeses foram detidos e acusados de invasão de imóvel alheio.

Em 2011, sete anos após a transcorrência dos trâmites judiciais para a obtenção das terras prometidas, os camponeses ocupam a fazenda, mas foram acusados pelo advogado de Campos Morombi de invasão, apropriação, prejuízos a reservas naturais e atos contra o meio ambiente.

No ano de 2012, o então presidente paraguaio, Fernando Lugo, mencionou a necessidade de uma reforma agrária e a proposta de saneamento dos títulos de propriedades que estavam na mão da oligarquia fraudulenta. Diante destas propostas, a *Unión de Gremios de la Producción* (UGP) e outros grêmios exigiam a liberação dos transgênicos e a repressão mais sistemática dos *carperos*. Diante da pressão de ambos os lados, Frederico Franco, em reunião com a Embaixadora dos Estados Unidos, denunciou a péssima gestão administrativa de Lugo e solicitou com urgência *impeachment*.

As oligarquias sentiam-se ameaçadas pelo novo discurso do presidente, que considerava os camponeses como cidadãos em decorrência



dos povos indígenas, debilitando as representações sociais dominantes. A oligarquia reagiu com mensagens etnofóbicas, os partidos de direita e extrema – direita, solicitaram *impeachment*.

Neste ambiente, as forças policiais de elite, com 324 policiais, incluindo agentes táticos com fuzil e helicóptero Robinson, adentraram a fazenda para retirar 64 pessoas, incluindo homens, mulheres e crianças. Os camponeses resistiram passivamente, porém, houve conflito e 11 camponeses e 6 policiais morreram. Após este fato, o porta-voz da Cargill, da Monsanto e seus clientes sojeiros responsabilizaram Lugo pelas mortes e pediram *impeachment*. As acusações não foram provadas e o suposto golpe veio a acontecer. Os favorecidos pelo golpe, conforme o autor, foram as grandes corporações que conseguiram imediatamente a liberação das sementes transgênicas. O Paraguai foi suspenso do Mercosul e os líderes camponeses foram presos.

## REFERÊNCIA

FOGEL, Ramón. **Lastierras de Ñacunday, Marina Kue y otrascalamidades**. Assunção: Servilibro, 2013. 233 p.

**Recebido** em 03 de Dezembro de 2013

**Aprovado** em 05 de Março de 2014

